

O eletrizante mapa do inferno e o pancadão das tarifas (1)

Reginaldo Medeiros (2)

O CanalEnergia promove anualmente a Agenda Setorial, um concorrido evento onde agentes do mercado e dirigentes governamentais se encontram para debater as prioridades do ano que se inicia. Nos últimos sete anos, a Agenda esteve mais parada do que um jacaré do Pantanal à espera de um suculento jabuti. Ainda em 2015 começou a tramitar na Câmara dos Deputados o PL 1917, chamado de Projeto da Portabilidade da Conta de Luz, que na verdade tentava dar um novo direcionamento para o modelo comercial do setor elétrico com melhor alocação de custos e riscos entre agentes e consumidores. No ano seguinte foi o início da tramitação do PLS 232 no Senado. Afinal, o que impede o avanço das reformas que tanto beneficiariam o país e os consumidores de eletricidade?

Como o tempo não para, a situação se complicou para o consumidor. Assistimos ao avanço das novas tecnologias de produção e uso da energia, o famoso 3D energético: descarbonização, digitalização e descentralização. Embora muito desejada e bem-vinda, a transição energética está em curso no Brasil às custas de muitos subsídios cruzados, ou seja, o consumidor pobre paga a conta do consumidor rico. Ou ainda, como preferem chamar os estudiosos de regulação elétrica, com alocação perversa de rendas energéticas.

O Congresso não apreciou a reforma do mercado elétrico, mas aprovou uma série de dispositivos que perpetuam e criam benefícios justificáveis apenas no caso de uma nova fonte energética, ainda não competitiva. Três deles são dignos de registro. O primeiro é a contratação de 8 GW de térmicas com localização definida e inflexibilidade de 70% para as quais não existem dutos para transporte do gás. O segundo é um longo período de transição para o fim da isenção do pagamento da conexão elétrica às distribuidoras referente à mini e microgeração distribuída. Para completar, o terceiro dispositivo garante a manutenção de 50% no desconto do fio (transporte da energia) por um período de transição, o que permitiu o registro de 200 GW de nova geração renovável, mas o Brasil precisa apenas de 40 GW de geração total para os próximos 4 anos.

Para que ninguém perca tempo me cancelando ou me perseguindo na internet, quero registrar com clareza que sou amplamente favorável às fontes novas, renováveis e distribuídas, mas há formas de organizar o mercado elétrico sem aumentar privilégios e usando apenas os incentivos econômicos corretos.

Reunido numa enormidade de Comitês, Conselhos e entidades estatais com sobreposição e duplicidade de funções, o confuso arranjo institucional do setor elétrico dificulta a tomada de decisão que é empurrada de lá para cá, sem que nada se resolva.

Vejamos o caso da privatização da Eletrobrás, que após 20 anos de discussão na sociedade e aprovação pelo Congresso Nacional, acabou empacando no TCU – Tribunal de Contas da União. Este, que a rigor deveria ser apenas uma instância de apreciação de contas, acabou se transformando em um regulador de última instância no campo da eletricidade. Somos um caso único no mundo em que as agências reguladoras têm decisões técnicas questionadas por um órgão de contas.

Os próprios agentes setoriais acabaram por pulverizar a legítima defesa de seus interesses em

mais de 30 associações empresariais do setor elétrico, que focam a sua atuação na agenda de privilégios, subsídios e em discussões técnicas infundáveis. Perdemos a convergência em temas complexos, como os atributos elétricos e energéticos das fontes de geração, ou sobre qual seria o melhor mecanismo de formação de preços: por custo ou por oferta de preços dos agentes.

Na falta de consenso setorial, o governo, que deveria arbitrar os conflitos entre agentes, opta por aprofundar análises antes de tomar as decisões necessárias. De estudo em estudo e de Comitê em Comitê, as decisões são proteladas. Falta liderança setorial, tanto no segmento empresarial quanto no governamental, resultando em uma falha grave: não perceber o custo da não decisão e protelar decisões óbvias que se arrastam por anos. Vejam o quadro abaixo, onde sugestivamente desenhei o eletrizante mapa do inferno decisório no setor elétrico que atormenta o consumidor.

A consequência de tudo isso é a disparada das tarifas de eletricidade para os consumidores cativos. Somente uma péssima alocação entre custos e riscos justifica as tarifas elétricas brasileiras terem superado os índices inflacionários nos últimos anos em um contexto de usinas hidroelétricas amortizadas e de custo marginal decrescente para as energias renováveis – base da expansão do sistema.

Para os próximos anos a situação não se reverterá, pois há aumento tarifário contratado por empréstimo bancário destinado a custear o deslocamento do repasse dos custos e juros da crise energética recente. Há também o “boleto” em desfavor do consumidor, que foi emitido pelo Congresso Nacional para pagar tanto os chamados jabutis quanto os subsídios já mencionados. Este boleto vencerá nos próximos anos, mas seus efeitos já começam a aparecer no descolamento das tarifas em relação à inflação.

Consumidores de baixa tensão têm um déficit de representação institucional no setor elétrico e são as maiores vítimas da situação atual, onde os agentes conseguem repassar com certa facilidade, não apenas os custos oriundos das suas próprias ineficiências, mas aqueles oriundos de decisões tardias ou equivocadas do Governo (MP 579 e suas consequências).

Em 2022, muito provavelmente serão discutidas as propostas do setor aos presidentiáveis. Os decisores precisam ser mais ousadas nas propostas e mais rápidos na organização do mercado elétrico. Geralmente as sugestões aos candidatos ao governo repetem um conjunto de intenções e ideias difusas, únicas capazes de serem subscritas por todos. As eleições também terão como efeito prático retardar ainda mais as decisões urgentes que nunca são tomadas.

Um exemplo da indecisão setorial é o longo tema do direito de escolha do consumidor. Lembro que o desfecho da matéria poderia ter sido concluído há 20 anos com a publicação de uma simples portaria ministerial contendo um cronograma de abertura.

Finalmente, “para não dizer que não falei de flores” (Vandré, 1968), eu, assim como 80% dos consumidores residenciais, sonho todas as noites com a aprovação da portabilidade da conta de luz (414/1917). Sonho também com a privatização da Eletrobras para o país dar um passo no sentido da eficiência de um setor capital para o desenvolvimento econômico e social.

(1) Artigo publicado no CanalEnergia. Disponível em <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53208207/o-eletrizante-mapa-do-inferno-e-o-pancadao-das-tarifas>. Acesso em 13 de abril de 2022.

(2) *Reginaldo Medeiros é presidente da RAD Energia.*